



09 DE JUNHO DE 2017

Sexta-feira

- INTENÇÃO DE INVESTIMENTOS DA INDÚSTRIA CRESCE 7,9 PONTOS
- ARMANDO MONTEIRO COMEMORA DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
- AUMENTO DAS EXPORTAÇÕES COM MAIOR VALOR AGREGADO MOSTRA FÔLEGO CURTO
- COMISSÃO DISCUTE ACORDOS BILATERAIS E MULTILATERAIS FIRMADOS PELO BRASIL
- COMO INCENTIVAR INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA NO PAÍS
- COMO O RISCO TRAVA PARCERIAS ENTRE GOVERNO E EMPRESAS NO BRASIL
- POR QUE O RUÍDO POLÍTICO NÃO VAI AFUGENTAR INVESTIDOR ESTRANGEIRO
- MEIRELLES DIZ QUE OCDE TERÁ ESCRITÓRIO NO BRASIL E QUE PROCESSO SERÁ FORMALIZADO
- RABELLO: DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS É COMPROMISSO DO BNDES
- CVM ALTERA REGRAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA PARA EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO
- CRISE POLÍTICA NÃO AFETOU ANDAMENTO DAS DISCUSSÕES SOBRE DISTRATOS, DIZ CBIC
- CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL SOBE 0,7% EM MAIO, DIZ CCEE
- PRODUÇÃO DE MOTOCICLETAS CAI 2,5% NO ACUMULADO DO ANO
- HONDA ELEVA APOSTA NA ELETRIFICAÇÃO
- HONDA ENTRA NO JOGO DO CARRO AUTÔNOMO
- SPRINTER AMPLIA PARTICIPAÇÃO EM SEU SEGMENTO
- BMW MOSTRA ETAPAS A VENCER PELOS AUTÔNOMOS
- MERITOR ELEVA A PRODUÇÃO E PERCEBE SINAIS DA RETOMADA
- CNPE APROVA DIRETRIZES QUE NORTEARÃO POLÍTICAS PARA PETRÓLEO E COMBUSTÍVEIS
- MERITOR PROJETA EXPANSÃO DE 10% NO ANO COM PRODUÇÃO DE VEÍCULOS EM ALTA

- MONTADORAS DIVERGEM SOBRE CALENDÁRIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO FREIO AUTOMÁTICO
- USO DE DISPOSITIVO DE ALERTA DE SONO EM VEÍCULOS DIVIDE OPINIÕES EM AUDIÊNCIA PÚBLICA
- CONTRATADA DA RENOVA NÃO REMUNERA FORNECEDORES
- PBH FAZ PRESSÃO PARA CÂMARA APROVAR REFORMA ADMINISTRATIVA
- ATRASO NA VOTAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA NÃO COMPROMETE ECONOMIA, DIZ MEIRELLES
- EUNÍCIO: PASSADA NAS COMISSÕES, REFORMA TRABALHISTA IRÁ DE IMEDIATO A PLENÁRIO
- ARTIGO: RESTAURAÇÃO OU REFORMA TRABALHISTA?
- BCE DEIXA PERSPECTIVA DE AUMENTO NOS JUROS AINDA MAIS DISTANTES, DIZEM ANALISTAS
- BANCO CENTRAL E CVM PODERÃO APLICAR MULTAS MAIS ELEVADAS
- MEDIDA PROVISÓRIA ELEVA MULTAS E INSTITUI ACORDO DE LENIÊNCIA NO SISTEMA FINANCEIRO
- MERCADO DE CARTÕES TEM DIFICULDADE EM LIDAR COM DIVERSIDADE DE CLIENTES
- CRISE POLÍTICA AFETA RENTABILIDADE DOS FUNDOS DE AÇÕES EM MAIO
- INFLAÇÃO MENSAL SOBE COM FIM DO DESCONTO NA CONTA DE LUZ
- JUROS MÉDIOS DO CARTÃO DE CRÉDITO CAEM PARA 345% AO ANO EM MAIO
- VENDAS DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO CAEM 6,6% EM MAIO, DIZ ABRAMAT

CÂMBIO		
EM 09/06/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,279	3,280
Euro	3,669	3,670

Fonte: BACEN

Intenção de investimentos da indústria cresce 7,9 pontos

09/06/2017 – Fonte: Exame

Com o resultado, o indicador atingiu 107,9 pontos, o maior patamar desde o terceiro trimestre de 2014



O Indicador de Intenção de Investimentos da Indústria, medido pela Fundação Getúlio Vargas, avançou 7,9 pontos no segundo trimestre deste ano, na comparação com o trimestre anterior.

Com o resultado, o indicador atingiu 107,9 pontos, em uma escala de zero a 200, o maior patamar desde o terceiro trimestre de 2014 (109,3 pontos). Quando o indicador fica acima de 100 pontos, indica otimismo.

A proporção de empresas prevendo investir mais nos 12 meses seguintes (25,6%) superou o percentual daquelas que projetam investir menos (17,7%). Esse saldo positivo não ocorria desde o primeiro trimestre de 2015, quando os percentuais haviam sido de 28,5% e 27,7%. No trimestre anterior, esses percentuais haviam se igualado em 19,9%.

Em relação à execução de seu plano de investimentos, 25% das empresas estão certas de que o farão, enquanto 21,3% estão incertas. No trimestre anterior, os resultados haviam sido de 29,2% e 22,7%, respectivamente.

Armando Monteiro comemora desempenho das exportações brasileiras

09/06/2017 – Fonte: Senado Notícias



Em discurso nesta quinta-feira (8), o senador Armando Monteiro (PTB-PE) afirmou que a recuperação econômica brasileira ainda é muito débil. Segundo ele, o resultado positivo do PIB no primeiro trimestre do ano foi favorecido pelo desempenho do setor primário e pela super safra agrícola.

Para o senador, o atual cenário, marcado por instabilidade e pelas incertezas no campo político, contribui para um horizonte econômico incerto. Ele citou ainda que os dados relacionados ao consumo da população e aos investimentos não indicam com clareza uma recuperação mais robusta.

Armando, porém, destacou positivamente o desempenho das exportações brasileiras. Segundo ele, a cada US\$ 1 bilhão em exportações são mobilizados 50 mil trabalhadores em toda a cadeia envolvida, até o produto embarcar para o destino final.

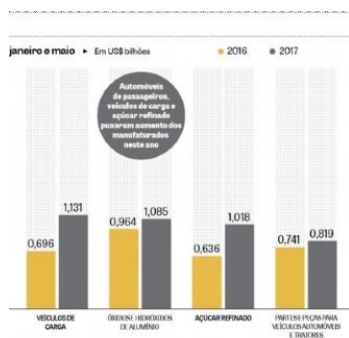
O senador afirmou que o produto brasileiro está mais competitivo no exterior, especialmente os manufaturados. Ele deu como exemplo o sucesso do setor automotivo.

— Somente este ano as exportações de automóveis, de veículos leves, expandiram-se em 50% e de veículos de carga, mais de 60%. Com a perspectiva de entrada em vigor de um acordo com a Colômbia, que foi negociado no governo anterior ainda, isso vai permitir a abertura de mais oportunidades para ampliação do canal externo desse setor — destacou.

Aumento das exportações com maior valor agregado mostra fôlego curto

09/06/2017 – Fonte: DCI

Fatores pontuais favorecem as negociações de automóveis, açúcar refinado e combustíveis, mas problemas de competitividade impedem um avanço sustentável e o ganho de novos mercados



As exportações de produtos manufaturados cresceram 10% entre janeiro e maio deste ano, na comparação com igual período de 2016, e chegaram a US\$ 30,915 bilhões. Entretanto, especialistas consultados pelo DCI acreditam que esse aumento terá vida curta.

"Uma reversão nessa trajetória pode acontecer no segundo semestre", indica José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). Isso porque o fim das desonerações da folha de pagamento, em julho, deve intensificar os problemas encarados pela indústria no País, explica ele.

Os dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) mostram que os embarques de manufaturados já registraram leve recuo, de 1,2%, no mês de maio, em confronto com igual período de 2016. "Isso mostra a fragilidade dessas exportações", comenta Castro.

Segundo os entrevistados, o avanço dos embarques visto no acumulado de 2017 decorre de fatores pontuais, como a subida do preço internacional do açúcar, e não de uma melhora da competitividade dos produtos brasileiros.

Professor de economia da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), Eduardo Mekitarian afirma que o fortalecimento da demanda argentina é um dos motivos para o aumento das exportações de veículos, o manufaturado mais vendido neste ano. "Além disso, o Brasil fechou acordos comerciais automotivos com outros países da América Latina, como o México, que ajudaram o setor", acrescenta ele.

As perspectivas para o futuro, no entanto, são pouco otimistas. Em matéria publicada ontem por este jornal, analistas apontaram que a manutenção de embarques elevados de veículos pode ser insustentável no longo prazo. Uma das causas desse ceticismo é o excesso de custos, obstáculo que não é visto apenas neste ramo.

"Trata-se de um problema generalizado na indústria", indica Mekitarian. Na opinião dele, são necessárias reformas estruturais, como a tributária, para que ocorra uma expansão sustentável das trocas internacionais. O entrevistado defende, ainda, um maior investimento em infraestrutura, que poderia reduzir os gastos relacionados à logística.

Na comparação com seus concorrentes ao redor do mundo, o Brasil não se sai bem. "Em muitos outros países o processo burocrático é mais simples e os custos operacionais, com impostos, armazenamento e frete, são menores", destaca Gustavo Felizardo, especialista em regimes aduaneiros da Thomsom Reuters. "Estamos perdendo mercado para o Paraguai, o México, a Argentina e outros vizinhos regionais", indica ele.

Conjuntura favorável

Neste ano, o aumento dos preços internacionais do açúcar e do petróleo também ajudou os embarques, indica Castro. Entre janeiro e maio, a exportação de açúcar refinado subiu 60%. Já a venda de óleos combustíveis registrou aumento de 167,6%, na comparação com igual período do ano passado.

A maior estabilidade da taxa cambial também favorece o avanço dessas negociações, afirma Mekitarian. "Em 2016, tivemos variações intensas do real, o que prejudicou o fechamento de negócios", diz.

Outros fatores que impulsionam as vendas, segue o professor, são a fraqueza da demanda interna e a perspectiva de queda na taxa básica de juros. O primeiro ponto estimula a busca por compradores no mercado externo, enquanto que o segundo incentiva a produção no País, diz ele.

Comissão discute acordos bilaterais e multilaterais firmados pelo Brasil

09/06/2017 – Fonte: Câmara dos Deputados

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional promove audiência pública na próxima terça-feira (13) para debater os acordos bilaterais e multilaterais já firmados pelo Brasil ou em fase de negociação.

O encontro foi solicitado pelo deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG) e vai discutir, também, o fluxo de informações de inteligência entre as polícias do Brasil e dos países vizinhos.

"A comunicação entre as polícias brasileiras e as de países vizinhos é fator preponderante no enfrentamento do tráfico de drogas e de outros da mesma envergadura", afirmou o deputado.

Debatedores:

Estão convidados para participar da audiência, entre outros.

- O subsecretário-geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte do Ministério das Relações Exteriores, Fernando Simas Magalhães;
- O procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, André Estêvão Ubaldino Pereira;
- O promotor de Justiça, secretário-executivo da Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo, Fábio Ramazzini Bechara;

Como incentivar investimentos em infraestrutura no país

09/06/2017 – Fonte: Exame

Especialistas debateram no EXAME Fórum como é possível destravar o setor de infraestrutura, que pode puxar a economia para fora do buraco



Da esquerda para a direita: Gesner Oliveira, sócio da GO Associados, Mario Augusto Junior, superintendente Executivo da CAIXA, Marcelo Pinheiro Franco, presidente da ABGF, Venilton Tadini, presidente da ABDIB e José Roberto Caetano, de EXAME: setor precisa de incentivos (Germano Luders/EXAME.com)

A atual crise econômica teve uma queda mais profunda e deve ter, conseqüentemente, uma retomada mais lenta do que as anteriores, analisou o economista Gesner de Oliveira, durante o Fórum EXAME Concessões e PPPs, realizado nesta quinta-feira (8) em São Paulo.

Para sair dela, não restam muitas saídas, diz o economista. “Sabemos que não dá para contar com a recuperação do consumo ou uma economia relevante dos gastos públicos. Portanto, a retomada só pode ser atingida pelo investimento”.

Na análise de Oliveira, o investimento em infraestrutura tem potencial para puxar a economia nos próximos anos e gerar milhões de empregos. Mas uma série de problemas travam os investimentos no setor.

Venilton Tadini, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) destacou, em sua palestra no evento, que a participação privada no setor de infraestrutura é muito pequena porque não há proteção para projetos no longo e médio prazo.

Na sua visão, o BNDES tem um modelo de dar crédito para infraestrutura que não tem muita preocupação em analisar cada projeto. “A empresa pode conseguir o crédito, mas como se protege até gerar receita? Hoje o que existe no mercado é um seguro garantia no qual a seguradora finge que protege e a empresa finge que acredita que está protegida. A estrutura de garantias no setor precisa ser totalmente modificada”.

Afinal, como fazer com que os investimentos no setor deslanchem?

Antes de apontar saídas, Oliveira ressalta que é necessário entender que houve uma mudança no perfil das empresas que participam dos leilões após a Operação Lava Jato, já que muitas empreiteiras se viram enredadas em denúncias de corrupção. “Antes da operação policial havia um número restrito de grandes empresas que atuavam no setor. Agora, vemos um maior número de investidores estrangeiros e fundos de investimento, além de pequenas e médias empresas”.

O economista dá algumas dicas sobre o que é necessário para atrair esses investidores. “Para o estrangeiro, ter uma boa regulação é fundamental e precisamos evoluir muito neste quesito”. Já para fomentar a participação de pequenas e médias empresas nos certames há a possibilidade de fatiamento dos projetos.

“Mas esse mecanismo exige uma análise cuidadosa do risco. Trechos menos atraentes poderiam ser financiados a partir da criação de um fundo garantidor, por exemplo”.

Um instrumento que pode preencher lacunas do mercado é o Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), que tem patrimônio de 500 milhões de reais. Constituído pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantia (ABGF), empresa estatal supervisionada pelo Ministério do Planejamento, o fundo privado busca conceder garantias para riscos não gerenciáveis, como o político, e os que não são segurados por instituições financeiras por falta de apetite financeiro, como riscos geológicos em rodovias, por exemplo.

Recentemente o FGIE criou uma garantia ligada a PPPs, que permite que a empresa à frente da concessão possa mitigar os riscos do investimento caso o ente público não honre o contrato. “Os valores vão depender do porte e tipo do projeto”, disse Marcelo Pinheiro Franco, presidente da ABGF, no EXAME Fórum. A garantia, neste caso, somente é cobrada no ano seguinte, garantindo liquidez ao projeto.

O fundo também busca garantir emissões de debêntures em concessões maiores. Além do setor de rodovias, aeroportos e portos, Franco diz que o fundo também pretende atuar em PPPs no setor de mobilidade urbana.

Como o risco trava parcerias entre governo e empresas no Brasil

09/06/2017 – Fonte: Exame

A lei das PPPs já tem mais de uma década, mas só cerca de 100 projetos foram firmados. O que está impedindo as parcerias?



A lei das Parcerias Público-Privadas (PPPs) é de 2004, mas a quantidade de projetos até hoje é relativamente pequena: pouco mais de uma centena.

Por que isso acontece? Se a resposta tivesse que ser uma palavra, ela seria risco – político, jurídico e regulatório, entre outros.

“Risco é custo, esse é um ponto básico. O risco sai do nosso bolso, inibe o investimento e onera quem utiliza esse serviço”, disse José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira de Indústria da Construção (CBIC).

Ele participou de um debate sobre o tema na manhã desta quinta-feira (08) no EXAME Fórum PPPs e Concessões em São Paulo.

Nos municípios, as PPPs têm uma alta taxa de mortalidade: de 162 manifestações de interesse, apenas 34 geraram licitação e 22 se tornaram contratos, segundo números apresentados por Fernando Verdinha, sócio do escritório VGP Advogados.

Um dos problemas é que os municípios não têm corpo técnico adequado, o que aumenta o risco de captura pelo setor privado e exige apoio do governo federal.

Também faltam ferramentas para averiguar o nível de dívida contratual das administrações e políticas regulatórias que permaneçam consistentes no longo prazo.

“Quem acaba alocando o risco é o juiz, no âmbito de ações judiciais, mas ele não é o agente qualificado para fazer isso”, diz Fernando.

Uma das ideias é pulverizar o risco, fazendo lotes de concessão menores ou permitindo o aumento do número permitidas em consórcio.

“O modelo concentrador não era bom para ninguém. Não tem porque fazer um lote único de 1000 quilômetros”, diz Martins.

No plano financeiro, o ideal é que as concessões sejam autossustentáveis, mas isso não é sempre possível – e aí entra o desafio de montar fundos públicos confiáveis.

Ferraz Neto apontou uma grande dificuldade de conseguir financiamento, especialmente com as alterações no BNDES nos últimos 12 meses: “As linhas ficaram praticamente impossíveis”.

Jonas Donizette, prefeito de Campinas e presidente da Frente Nacional de Prefeitos, notou que há uma tensão inescapável quando se juntam setor privado e público.

No privado, se lei não proíbe, pode fazer. No público, você só pode fazer se houver uma lei específica que te permita.

“Em lugar nenhum do mundo a velocidade do setor público acompanha a velocidade da iniciativa privada”, disse ele, apontando a necessidade de fortalecer os governos locais e citando impactos positivos de projetos como a renovação do Aeroporto de Viracopos em sua cidade.

Outro desafio é a comunicação desse conceito para que a população. Martins citou uma pesquisa apontando que 90% rejeitam privatização, 50% rejeitam concessão e apenas 20% rejeitam parcerias.

Um dos questionamentos de José Roberto Caetano, editor de EXAME, foi sobre como fica o setor de construção brasileiro diante do efeito Lava Jato.

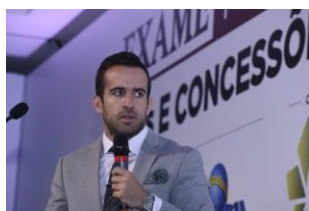
Para Martins, o problema é a incerteza econômica do país e que há “um mito” de que a Lava Jato está segurando os investimentos no setor: Saiba mais: A Mundo Corporativo fala sobre abordagens de transformação financeira para superar a crise econômica Patrocinado

“Quando há mercado, há quem ocupe. Não tenho dúvida alguma de que temos empresas totalmente aptas aqui no Brasil.”

Por que o ruído político não vai afugentar investidor estrangeiro

09/06/2017 – Fonte: Exame

Em palestra no EXAME Fórum PPPs e Concessões, cientista político e sócio da Arko Advice Lucas Aragão avalia como a crise abre oportunidades no país



O ruído político em Brasília não tem, por ora, força suficiente para derrubar o otimismo dos investidores estrangeiros com os projetos de infraestrutura no país. A avaliação é do cientista político e sócio da consultoria Arko Advice Lucas Aragão.

“Existe a certeza de uma agenda. Independentemente de quem será o presidente em 2018, o compromisso com as reformas está garantido. O Estado entendeu que o modelo que a gente estava atuando, com gastos excessivos e os bancos públicos como principais fomentadores, não pode ser mantido”, disse Aragão durante o EXAME Fórum PPPs e Concessões, realizado nesta quinta-feira (8) em São Paulo.

Uma possível saída antecipada do presidente Michel Temer, na avaliação do cientista político, poderia comprometer a capacidade do governo de tocar a agenda de reformas, “mas isso não significa que ela não irá sair”. Para Aragão, a única chance de o presidente cair seria por decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), no julgamento da chapa Dilma-Temer que começou nesta semana.

“Os ministros Admar Gonzaga e Tarcisio Vieira são incógnitas. Eles têm uma reputação forte em Brasília e eu acho que tudo está nas mãos deles. Mas o cenário mais provável é de um pedido de vistas do que a decisão ir para o voto”, avaliou Aragão.

A eleição de 2018 não assusta o cientista político. “Ciro Gomes tem força no Nordeste, mas pouca capilaridade ue tempo de televisão. O mesmo acontece com a Marina Silva. O partido dela tem poucos prefeitos, o que a enfraquece”, disse.

Sobre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Aragão acredita que ele “não tem mais força para romper a esquerda, como fez em 2002. E tem ainda o cenário ‘novo velho’, que seria um rosto novo em um partido tradicional, como o João Dória, atual prefeito de São Paulo.”

Otimismo

Enquanto os brasileiros estão muito preocupados com as denúncias de corrupção em Brasília, os investidores estrangeiros seguem otimistas com os projetos de infraestrutura no país, segundo Aragão.

Como pontos positivos, o cientista político destacou que as agências reguladoras estão alinhadas ao mercado e o Brasil “está barato”. Além disso, o PPI [Programa de Parcerias de Investimentos] é politicamente forte e a atual equipe econômica é estável, com uma agenda reformista que agrada aos investidores. “O Brasil extra protecionista ficou para trás e os editais estão mais transparentes.”

“Quem tem equipes de analistas aqui no Brasil e não olha para o país só através da tela da Bloomberg sabe que temos muitos pontos fortes. Os membros da equipe econômica são respeitados internacionalmente e falam a língua dos investidores. Estão abertos a eles. É diferente do governo anterior, que tratava o investidor estrangeiro como inimigo”, afirmou Aragão.

Como pontos negativos, o cientista político destacou a crise, que deixa os investidores receosos, e o fato de o país ter pedido o selo de bom pagador concedido pelas agências de classificação de risco internacionais.

“Os investidores estrangeiros sabem que o Brasil é o país emergente mais parecido com as nações de primeiro mundo. O investidor internacional prefere vir à São Paulo do que à Nova Deli ou Xangai. A China não tem democracia. Aqui, temos uma equipe econômica técnica que os recebem bem e fala a língua deles. Não dá para ignorar o Brasil”, disse.

Para Aragão, o setor de óleo e gás pode ditar o ritmo das concessões no Brasil. “O mundo olha para esse setor. É o setor que tem a maior área de research no mundo. Quando uma gigante investe em um país, como a Shell ou a ExxonMobil, dá uma segurança para todos os outros investidores, porque eles sabem que esses gigantes não vão investir em algo ruim. Eles se perguntam o que a ExxonMobil está fazendo no Brasil, e querem vir para cá também.”

O fim da obrigatoriedade de participação da Petrobras em todos os campos do pré-sal adicionou mais otimismo entre os investidores internacionais com relação às aplicações no Brasil, segundo o cientista político

Meirelles diz que OCDE terá escritório no Brasil e que processo será formalizado

09/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que tem sede em Paris, vai abrir um escritório no Brasil. A informação foi divulgada na manhã desta quinta-feira, 8, pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, após encontro com o secretário-geral da instituição, Angel Gurría. "A OCDE terá um escritório no Brasil. Estamos trabalhando nesse sentido. De fato, eles têm esse interesse e vamos formalizar isso rapidamente", disse o ministro a jornalistas.

Na semana passada, o Brasil pediu formalmente a sua integração como membro da entidade – atualmente é apenas "parceiro-chave". Essa tentativa de fazer parte do chamado "clube dos ricos" já foi vista em outros governos, mas na administração passada, o Brasil tentou manter algum distanciamento da entidade. "A ideia da OCDE é a de ser uma organização que congrega países mais relevantes do mundo e o Brasil é um deles", avaliou o ministro.

Segundo ele, a entidade pratica e demanda normas modernas de administração econômica, de gestão e de transparência, entre outros pontos. "Claramente o Brasil se enquadra (na OCDE)."

Agora que o pedido foi feito, o País precisa aguardar a resposta da instituição. Para ser formalizado, o Brasil precisa receber o aval dos 35 membros da Organização, além da União Europeia.

Há a expectativa de que a resposta venha mais rápido para o Brasil do que para outros países que também já formalizaram o pedido. "O que já estamos fazendo no Brasil é mais do que suficiente para o processo (de entrada na OCDE)", avaliou.

Meirelles não quis comemorar antes da resposta oficial a possibilidade de o Brasil ser aprovado e disse que não há uma data fixa para que a resposta seja dada pela OCDE. "O processo muitas vezes é longo", considerou. Questionado sobre se o Brasil furaria a fila de países que ainda aguardam o aval da entidade, ele disse: "Vamos ver, vamos aguardar."

O ministro relatou que demonstrou a Gurría o processo de agenda de reformas importantes que está no Brasil e argumentou que a entrada na OCDE faz parte de uma agenda do País de abertura, de reformas, de modernização da economia, de adoção de padrões modernos de administração e normatização econômica. "Tudo o que OCDE propõe são coisas que já estamos aplicando no Brasil e que fazem parte da agenda de reformas."

Para o ministro, a reunião com Gurría foi "extremamente positiva". "O secretário-geral da OCDE expressou satisfação muito grande do movimento do Brasil de decidir iniciar o trabalho de entrada na OCDE e ressaltou muito a importância disso", contou.

"O entusiasmo (com a decisão do País) já tinha sido recebido por diversos membros da OCDE: o fato de o Brasil já ter uma agenda de trabalho extensa e de longo prazo com a OCDE, o fato de ser uma democracia consolidada, um país que tem de fato um trabalho cada vez mais voltado para a abertura e consolidação institucional", continuou.

Ele explicou ainda que “neste momento” o Brasil não terá de fazer ajustes em suas leis para integrar o clube. “Gurría expressou a forte apoio a tudo isso que Brasil está fazendo. Inclusive, entregou um trabalho sobre a reforma da Previdência feita pela OCDE.”, descreveu.

Rabello: desenvolvimento do mercado de capitais é compromisso do BNDES

09/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Paulo Rabello de Castro, afirmou nesta quinta-feira, 8, que a instituição se compromete a fomentar o mercado de capitais do País, de modo a complementar a carteira convencional do banco em seus compromissos com a indústria e o setor de infraestrutura do Brasil.

“Não existe BNDES sem um mercado de capitais para o qual ele seja indutor”, disse Rabello, em São Paulo. “Seria ideal que o BNDES tivesse condição de colocar papéis em carteira, no braço BNDESPar, com tanto vigor quanto vende e sai das posições.”

Rabello ainda ponderou que a manutenção em tesouraria de posições boas, sem vender papéis, é “muito antiquada” – para ele, o ideal seria que o banco entrasse, induzisse, saísse e entrasse em outras posições livremente. “Se não queremos risco, não queremos desenvolvimento”, disse.

Infraestrutura

Quanto ao setor de infraestrutura, Rabello afirmou que o objetivo é migrar do corporate para o project finance, de modo a garantir que o conjunto de recebíveis e garantias internas ao projeto seja capaz de sustentar o fluxo de caixa.

“Na ponta compradora, sem o mercado de capitais, não existimos”, disse, afirmando que o banco estuda a introdução de um “BNDES Direto”, contando com Tesouro Direto e títulos que estejam na carteira do banco.

Crédito

Rabello afirmou que a entidade precisa trabalhar para pulverizar a oferta de crédito, de modo a atender micro, pequenas e médias empresas. “É um esforço muito grande para um banco com capilaridade zero realizar esse milagre”, disse Rabello, ressaltando que conversará com o Banco do Brasil e com a Caixa para atingir o objetivo.

Ele ainda afirmou que o banco possui a missão de interiorizar o desenvolvimento, levando recursos a áreas cada vez mais distantes dos grandes centros. “O compromisso é produzir soluções, fomentar o empreendedorismo e multiplicar a inclusão no País.”

Rabello ressaltou, no entanto, que as condições de fomento devem ser indutivas, de modo a dar suporte a um processo que vale a pena por si só. “O banco não tem mais justificativa ética para passar subsídio para quem quer que seja”, disse. “Não vamos financiar nada que não valha a pena.”

CVM altera regras de governança corporativa para empresas de capital aberto

09/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou nesta quinta-feira, 8, a Instrução 586, com alterações nas regras de governança corporativa para as empresas de capital aberto. Segundo a autarquia, as empresas terão que divulgar informações sobre a aplicação das práticas de governança previstas no Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas.

A regra se aplica às empresas que estão habilitadas a emitir ações. A CVM explica que o Código, lançado em novembro do ano passado, segue o modelo "pratique ou explique", e foi elaborado pelas 11 entidades de mercado que integram o Grupo de Trabalho Interagentes. "O Código contém um conjunto de práticas recomendadas, abordando questões chaves de governança como a estrutura acionária, composição da administração e controles internos", diz a CVM em comunicado.

"A assimilação do Código à Instrução 480 prevê o dever das companhias de esclarecer e explicar aos investidores o seu grau de aderência às práticas, de forma completa, verdadeira, consistente e sem induzi-los a erro. Caberá aos próprios investidores avaliarem se a estrutura de governança é ou não adequada, com base nessas informações", afirma Leonardo Pereira, presidente da CVM.

A CVM decidiu ainda manter a criação de um novo documento periódico para a divulgação dos comentários das empresas sobre o Código, denominado "Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa", em vez de incluir esses comentários no formulário de referência.

A audiência pública que resultou na Instrução 586 traz outras alterações. O prazo de entrega do informe foi aumentado de 6 para 7 meses após o final do exercício social. A autarquia ainda excluiu a obrigatoriedade de atualização do informe no momento da apresentação de pedido de registro de oferta pública, para evitar a divulgação de informações não sujeitas à diligência da instituição líder da operação.

Ficou definida também a redução da abrangência das informações prestadas sobre a estrutura administrativa do emissor no formulário de referência, que passa a requerer as informações relativas ao conselho de administração, órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, e à diretoria estatutária.

Crise política não afetou andamento das discussões sobre distratos, diz CBIC

09/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, afirmou nesta quinta-feira, 8, que a crise política desencadeada pela delação de executivos da JBS não afetou o andamento das discussões do setor com o governo sobre distratos.

"A questão está andando. O que nos alegra, neste instante, é que o governo percebeu o risco sistêmico que é o distrato", disse Martins, em conversa com o Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, após participação em evento promovido pela Revista Exame, em São Paulo.

Segundo o executivo, os distratos acabam gerando uma reação em cadeia, uma vez que as construtoras deixam de pagar as dívidas com os bancos e, conseqüentemente, não conseguem novos financiamentos, o que dificulta a geração de empregos no setor. Martins ressalta que as regras atuais criam um cenário que estimula os distratos. "Mas, se criarmos algum tipo de inibição, para que a pessoa que efetivamente precisar possa usar, mas que não seja tão fácil como é hoje, vai fazer toda a diferença."

O presidente da CBIC, no entanto, não deu maiores detalhes sobre o teor das discussões envolvendo a proposta. Quanto ao endereçamento do tema pelo governo, via projeto de lei (PL) ou medida provisória (MP), Martins disse que ainda não há nada definido. "Ambas possuem prós e contras, dentro do aspecto político e tempo de trâmite", disse.

Presente no mesmo evento, o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP), José Romeu Ferraz Neto, disse acreditar que a crise política não gerará atrasos nas discussões envolvendo os distratos.

“Os debates são em nível técnico e jurídico, fugindo das questões políticas”, disse Neto à reportagem do Broadcast. “A questão tem que ir para frente, é um assunto que não pode parar de ser discutido, para o bem de todos.”

Consumo de energia elétrica no Brasil sobe 0,7% em maio, diz CCEE

09/06/2017 – Fonte: Reuters

O consumo e a geração de eletricidade no Brasil apresentaram alta de 0,7 por cento entre 1º e 31 de maio, ante igual período do ano anterior, informou nesta quinta-feira a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

No mercado cativo, em que o consumidor é atendido pelas distribuidoras de energia, houve queda de 4,8 por cento no consumo, com impacto da migração de clientes para o mercado livre, onde eles podem negociar contratos diretamente com geradores.

O mercado livre, por sua vez, apresentou alta de 16,7 por cento no consumo, resultado justamente dessa movimentação de clientes.

Se desconsiderados os efeitos da migração de clientes das distribuidoras para o mercado livre de eletricidade, o consumo teria aumentado 1,8 por cento no mercado cativo, com retração de 1,9 por cento no ambiente livre.

Produção de motocicletas cai 2,5% no acumulado do ano

09/06/2017 – Fonte: Bem Paraná



A produção de motocicletas teve um recuo de 2,5% de janeiro a maio deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado. Foram produzidas 373.491 motocicletas este ano, e nos primeiros cinco meses de 2016, foram fabricadas 382.970 unidades. Os dados são da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo).

Em maio deste ano, foram produzidas 77.730 unidades, uma alta de 20,7% na comparação com o mês de abril (64.380 unidades). Em relação a maio do ano passado, o mês registra uma queda de 15,8%.

Detalhamento

Segundo os dados, as vendas para as concessionárias chegaram a 67.859 motocicletas, alta de 10,6% sobre o mês anterior. Na comparação com maio do ano passado houve queda de 22,2%. No acumulado do ano, foram vendidas 345.021 unidades, o que significa redução de 8% ante o mesmo período de 2016.

As exportações caíram 37,2%, com 3.519 unidades vendidas para o mercado externo em maio, ante as 5.606 unidades exportadas no mesmo mês do ano passado. Com relação a abril, quando foram enviadas 3.804 motocicletas a outros países, a queda foi de 7,5%. No acumulado de janeiro a maio, foram exportadas 24.767 motocicletas, volume 5,5% maior que o registrado em igual período de 2016 (23.477 unidades).

Os emplacamentos aumentaram 3,8%, com 79.533 unidades em maio ante 76.644 unidades no mesmo período do ano passado. Com relação a abril (64.961) houve crescimento de 22,4%.

Segundo os dados, a média de vendas por dia útil em maio foi de 3.615 motos, volume 0,2% maior na comparação com a média de abril (3.609 unidades). No acumulado de janeiro a maio, as vendas totalizaram 355.464 unidades, uma queda de 10,3% ante o mesmo período de 2016.

Honda eleva aposta na eletrificação

09/06/2017 – Fonte: Automotive Business



Honda Clarity, sedã com três opções de eletrificação: híbrido, elétrico e célula de hidrogênio

A Honda vai acelerar o desenvolvimento e lançamento de veículos elétricos, híbridos e célula de hidrogênio. Na falta de horizonte claro sobre qual tecnologia vai prevalecer no futuro, a fabricante já tem pronta para uso estas três soluções, introduzidas no sedã Clarity, até há pouco tempo um carro conceito para mostrar em salões, que agora começa a ser vendido nas três opções de eletrificação.

“Queremos eletrificar dois terços de todos os nossos automóveis até 2030”, prometeu o CEO global Takahiro Hachigo, durante a divulgação do novo plano estratégico da companhia esta semana no Japão.

Com o objetivo de aumentar a velocidade da eletrificação de seu portfólio, em outubro passado a Honda criou a Divisão de Desenvolvimento de Veículos Elétricos, alocada dentro de sua unidade de pesquisa e desenvolvimento em Tochigi, no Japão. “Uma equipe especializada está agora dedicada a desenvolver veículos elétricos completos, incluindo powertrain e chassi”, disse Hachigo.

Além dos três Clarity já desenvolvidos, a Honda promete lançar em 2018 um novo modelo alimentado por baterias exclusivo para a China, e também apresentará entre setembro e outubro próximos um outro elétrico destinado às demais regiões.

“Vamos centrar foco em desenvolver novos carros dotados com nosso sistema híbrido plug-in de alta eficiência (em que as baterias são recarregadas pelo motor a combustão e também na tomada), ao mesmo tempo em que vamos fortalecer o desenvolvimento de elétricos a bateria ao lado de células de hidrogênio”, explicou Hachigo.

TRÊS SOLUÇÕES ELÉTRICAS

Todas as três rotas tecnológicas de eletrificação exploradas pela Honda já estão em fase madura de desenvolvimento. Os três Clarity estão prontos para o mercado no que diz respeito à funcionalidade de uso, são carros confortáveis, bem acabados e com bom desempenho, mas ainda sem competitividade de preço.

O Clarity com célula de hidrogênio é o mais caro de todos e já está à venda somente por leasing para empresas no Japão e nos Estados Unidos. Híbrido e elétrico farão sua estreia em breve em ambos os países.

Para o time da recém-criada divisão de elétricos da Honda, atualmente a tecnologia híbrida plug-in ou puramente elétrica é a que faz mais sentido no horizonte mais curto de tempo, pois por um custo menor ambas têm potencial para redução substancial das emissões de gás de efeito estufa – considerando também que o motor a combustão do modelo híbrido pode ser alimentado por biocombustível, especialmente etanol, com emissões neutras, pois o CO2 lançado à atmosfera é reabsorvido pela própria plantação da matéria-prima do combustível, como milho ou cana-de-açúcar.

Já a célula de hidrogênio, embora seja a mais limpa e eficiente das soluções de eletrificação, ainda precisa resolver o custo alto, por isso sua viabilidade comercial só deve ser alcançada entre 30 e 40 anos, nas estimativas dos engenheiros da Honda.

O Clarity PHVE (sigla em inglês para híbrido plug-in) combina um motor a combustão 1.5 ciclo Atkinson (mais econômico) com outro elétrico, que somados conferem 180 cavalos de potência ao sedã – ele é o mais potente dos três. Em velocidades abaixo dos 60 km/h, o carro pode rodar até 69 km só com propulsão elétrica. Para melhorar seu desempenho ecológico, bastará no futuro ser abastecido com etanol.

Na versão movida puramente por baterias, o Clarity EV tem motor elétrico de 160 cavalos e tem autonomia para rodar até 132 km antes de precisar de recarregamento. Muito leve, o carro é o mais rápido dos três, com respostas instantâneas ao acelerador.

Para tornar a opção mais atrativa, a Honda vem fazendo progressos no desenvolvimento de baterias de alta densidade energética, cada vez menores e mais potentes, viabilizando assim o veículo elétrico. A fabricante também tem pronto um sistema de carga ultrarrápida, que com apenas 15 minutos (metade do tempo da concorrência) pode dar ao veículo autonomia de quase 250 km.

Outra conveniência importante é a recarga sem fio, por indução: basta estacionar o carro no local indicado e as baterias começam automaticamente a ser reabastecidas sem necessidade de conexão em uma tomada, tornando a vida do motorista bem mais simples.

Já o Clarity FCVE (sigla para veículo elétrico a célula de hidrogênio) é uma espécie de usina geradora de energia. A célula com tamanho equivalente a um motor V6 recebe injeção de hidrogênio e gera eletricidade para alimentar um propulsor elétrico de 174 cavalos – o desempenho é bom, mas o peso de 1.860 kg cobra seu preço. O tanque de hidrogênio comprimido de 141 litros leva apenas três minutos para ser completado e garante autonomia de quase 600 km. A energia também é armazenada em baterias de íons de lítio.

] No futuro, o carro a célula de hidrogênio poderá ser ligado à rede elétrica de uma residência. Os engenheiros da Honda calcularam que o Clarity FCEV carregado é capaz de suprir por até sete dias a eventual falta de energia de uma casa regular. O veículo também poderá devolver à rede pública a energia que não usa, passando assim a ser um provedor.

Honda entra no jogo do carro autônomo

09/06/2017 – Fonte: Automotive Business

Protótipo de carro autônomo da Honda roda em testes no centro de pesquisa e desenvolvimento da empresa no Japão

Em seu novo plano estratégico até 2030 divulgado esta semana no Japão, a Honda mostrou que entrou para valer na corrida pelo carro autônomo, com demonstrações de dois protótipos desenvolvidos em casa, dentro do centro de pesquisa e desenvolvimento da empresa em Tochigi, capazes de rodar em autopistas e ruas simuladas de cidades sem que o motorista precise conduzir o volante, trocar de

marchas ou pisar no acelerador e freio. "Vamos começar a perceber as tecnologias de direção autônoma nas estradas a partir de 2020, e então vamos usá-las nas cidades. Mais adiante ainda, trabalhamos para oferecer até 2025 modelos autônomos nível 4 (em que o motorista pode ser chamado a assumir a direção)", avalia o CEO global da Honda, Takahiro Hachigo.

Desde outubro do ano passado a Honda intensificou suas pesquisas com carros autônomos, com a criação de uma equipe dedicada a desenvolver esses veículos. "Não estamos tão avançados, nem tão atrasados", afirma Kuminichi Hatano, engenheiro-chefe do desenvolvimento do departamento de carros autônomos.

"Já oferecemos diversas funções de auxílio ao motorista. O maior desafio agora é o desenvolvimento de sistemas de gerenciamento das diversas situações de tráfego", acrescenta Hatano.

Para isso a Honda está desenvolvendo dentro de casa um sistema de inteligência artificial que, por meio de câmeras, reconhece as situações de trânsito, aprende e guarda na memória. No atual estágio o sistema é capaz de prever até que direção pretende tomar um pedestre por meio da análise de seus gestos e posição da cabeça.

Para a engenharia da Honda, os sistemas de direção autônoma baseados até agora em regras pré-estabelecidas são incapazes de responder a situações não previstas, especialmente no caos do trânsito urbano. Já a rede neural artificial que está sendo desenvolvida pela fabricante japonesa, por meio de modelos numéricos, tem as mesmas características da mente humana e tem a habilidade de tomar decisões como um humano, com base em observação e experiência adquirida.

"Os anos de pesquisa da nossa área de robotização ajuda bastante a levar adiante esse desenvolvimento", destaca Hatano, referindo-se ao departamento que em 2000 apresentou o Asimo, um robô com características humanas que segue em desenvolvimento e dá shows todos os dias no Honda Collection Hall, o museu da marca dentro da área do autódromo de Motegi, no Japão.

Segundo Hatano, a Honda vem mantendo conversas com fornecedores que também vêm desenvolvendo sistemas de direção autônoma, mas ainda não existe nenhuma parceria fechada nesse sentido. Ao que parece, a empresa quer ter domínio total da tecnologia, por considerá-la estratégica para sobreviver em um futuro próximo no qual a maioria dos fabricantes pretende oferecer carros autônomos.

A Honda atualmente testa dois protótipos autônomos, um que roda em torno dos 100 km/h na pista que simula uma rodovia e outro que percorre a até 40 km/h as ruas internas do centro de pesquisa, em simulação às vias de uma cidade. Equipados com câmeras, radares, sensores infravermelhos (LiDAR) e diversas centrais computadorizadas de gerenciamento redundante, ambos os carros são capazes de reconhecer o ambiente ao redor e dirigir sem o motorista, que em velocidades mais baixas pode até assistir TV ou fazer telefonemas.

As câmeras reconhecem as cores no chão e assim mantém o veículo na faixa correta de rodagem. Na estrada, o protótipo já é capaz até de decidir e fazer ultrapassagens.

O sistema desenvolvido pela empresa, no entanto, não permite o desligamento total do humano atrás do volante, que em velocidades mais altas é monitorado e, em caso de necessidade, é chamado a assumir a direção por meio de luzes que piscam no volante e vibrações do cinto de segurança.

Sprinter amplia participação em seu segmento

09/06/2017 – Fonte: Automotive Business



A Mercedes acumula bons resultados com o modelo Sprinter. Na categoria large vans (3,5 a 5 toneladas de Peso Bruto Total, PBT), a empresa saltou de 29,4% de participação no acumulado de janeiro a maio de 2016 para 51,2% este ano, com 1,1 mil unidades emplacadas.

A montadora aproveitou novas oportunidades de negócios para transporte de passageiros e em 2017 está 22 pontos percentuais à frente da segunda colocada, a van Renault Master. São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná abrigam os principais compradores da van Mercedes.

Na soma de toda a linha Sprinter (vans de passageiros, furgões e chassis-cabines para transporte de carga) o emplacamento total foi de 2,3 mil unidades de janeiro a maio, alcançando 33,9% de market share, 8,2 pontos percentuais a mais que em iguais meses de 2016.

Com isso, o modelo representa um terço dos veículos comerciais leves de sua categoria emplacados este ano entre as large vans. A linha Sprinter para passageiros traz quatro versões: 9+1 (nove assentos para passageiros mais o banco do motorista), 15+1, 17+1 e 20+1. As opções podem ser utilizadas no transporte urbano, escolar, fretamento ou turismo.

BMW mostra etapas a vencer pelos autônomos

09/06/2017 – Fonte: Automotive Business



O Grupo BMW criou um vídeo em que mostra o processo de criação de carros autônomos e as cinco diferentes etapas de desenvolvimento dessa tecnologia. A fabricante recorda que atualmente a segunda etapa já foi atingida. Ela permite que o motorista tire as mãos do volante por um breve período de tempo, sem comprometer o traçado do veículo.

No próximo passo o motorista poderá desviar totalmente a atenção da pista para realizar outras tarefas, enquanto o carro é auxiliado por câmeras em 360 graus que monitoram o movimento dos demais objetos e automóveis ao seu redor. Na quarta etapa o motorista poderá até dormir enquanto o veículo percorre o caminho determinado.

Na quinta e última etapa, que deve ocorrer a partir de 2030, o carro autônomo conseguirá se movimentar completamente sozinho, segundo as regras da via e condições de tráfego. Nesse contexto será dispensada a presença de um motorista, que nem mesmo precisará de habilitação e se tornará mais um dos passageiros.

Meritor eleva a produção e percebe sinais da retomada

09/06/2017 – Fonte: Automotive Business



Depois das sucessivas baixas no setor de veículos pesados, a Meritor percebe que a curva de queda começa a se inverter. "Estamos no ponto de virada", anuncia Adalberto Momi, que assumiu a diretoria geral da fabricante de eixos como sucessor de Silvio Barros. Prova desta mudança de ritmo, diz, é que a produção da fabricante de eixos cresceu 20% em maio na comparação com abril. "Foi o nosso melhor mês em dois anos. Agora precisamos correr atrás dos resultados do resto do ano", aponta.

Luis Marques, diretor de marketing da companhia e responsável pelos negócios no aftermarket, defende que a projeção feita no meio do ano passado de que a produção cresceria 25% em 2017 não é assim tão descabida. "Muitos acontecimentos nos distanciaram deste resultado mas, naquele momento, este era o cenário. De qualquer forma, começamos agora a convergir para números mais positivos", aponta.

No acumulado dos cinco primeiros meses de 2017, a produção da companhia avançou perto de 10% na comparação com o mesmo intervalo do ano passado. Alguns dados positivos da economia puxaram o aumento, como o crescimento do PIB no primeiro trimestre e a safra recorde de grãos. Ainda assim, o que fez diferença mesmo foram as exportações, feitas de forma indireta, via montadoras, e a investida no aftermarket.

Uma das metas da companhia para os próximos três anos é dobrar a presença no mercado de reposição. "No ano passado o segmento contribuía com 12% do nosso faturamento. Este número já aumentou para 15% este ano. Queremos que seja cerca de 30%", conta Marques.

Segundo ele, com este movimento a região fica mais próxima do padrão global de empresa, que tradicionalmente gera 25% de seus negócios no aftermarket. O faturamento mundial da companhia chegou a US\$ 3,2 bilhões em 2016, com entre 6% e 8% deste total gerado na operação da América do Sul, centralizada no Brasil: cerca de US\$ 190 bilhões. A meta para este ano é chegar a US\$ 3,5 bilhões.

ECONOMIA DESCOLADA DA POLÍTICA

Momi identifica outro fator que favoreceu o crescimento da produção até maio: "Sinto que, depois de tanto desgaste, a economia começa a se descolar da política. Os agentes econômicos estão tocando os negócios e avançando ainda que a situação do País não esteja resolvida", descreve o executivo, que entende o movimento como positivo. "Tivemos que mostrar muita resiliência durante a crise e todo mundo está bastante desgastado. É importante sair deste ciclo", avalia.

O diretor geral da Meritor entende que o caminho agora é de "recuperação lenta, mas sólida" dos negócios. Segundo ele, o agronegócio, com sucessivas safras recordes, tem sido o gerador de boas notícias para a economia brasileira neste período difícil. Agora, diz, chegou a hora de a indústria também se recuperar.

"Temos trabalhado em um ou dois turnos de produção na fábrica de Osasco, dependendo da linha. Em períodos mais fracos, temos acordo com o sindicato para folgar às sextas-feiras. De qualquer forma, estamos com excedente de 10% na nossa

mão de obra”, conta, apontando que a companhia emprega 840 pessoas entre a pranta paulista e a de Resende (RJ), instalada no consórcio modular da MAN.

A intenção passa longe de demissões ou do enxugamento do quadro. O excesso de trabalhadores é proposital, justamente para acompanhar uma aguardada retomada da demanda. “Hoje operamos com 60% de ociosidade da capacidade produtiva, mas é um número que já foi pior. Preferimos manter mais trabalhadores para garantir reação rápida quando for o momento.”

CNPE aprova diretrizes que nortearão políticas para petróleo e combustíveis

09/06/2017 – Fonte: DCI

Conselho também quer preparar o seto de refino e distribuição para uma retomada da economia brasileira



O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou nesta quinta-feira diretrizes estratégicas que nortearão políticas do governo para os setores de petróleo e de combustíveis fósseis e renováveis.

No caso do programa RenovaBio, cujo objetivo é revitalizar o setor de biocombustíveis do país, o órgão governamental aprovou diretrizes que buscam aumentar eficiência produtiva e competição, com a menor emissão de gases.

De acordo com a nota, o CNPE também estabeleceu o Grupo de Trabalho do RenovaBio, com missão de avaliar e elaborar propostas de revisões normativas necessárias para a implementação do programa.

Neste contexto, foram criados os Comitês de Monitoramento de Abastecimento de Etanol e de Biodiesel, para acompanhar o mercado desses biocombustíveis.

Além disso, o CNPE afirmou que ainda está finalizando tratativas junto aos produtores de biodiesel, distribuidoras e fabricantes de veículos automotores para avaliar a possível antecipação para março de 2018 do aumento da mistura do biodiesel no diesel comum para 10 por cento.

COMBUSTÍVEL BRASIL

O CNPE aprovou ainda uma resolução com diretrizes para outro programa chamado Combustível Brasil, que tem como objetivo preparar o setor de refino e distribuição de combustíveis para uma retomada da economia brasileira, com o estímulo à livre concorrência e à atração de investimentos.

Dentre as diretrizes estão o incremento e diversificação da oferta interna de combustíveis e de derivados de petróleo, incluindo aumento da capacidade de refino, e a expansão da infraestrutura para garantia do abastecimento nacional de derivados de petróleo.

Também foi criado um Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, Demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis, que terá a

participação de diversas entidades governamentais, sociedade civil e associações representativas dos setores envolvidos.

Em nota, o CNPE informou que também aprovou resolução recomendando à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que regulem a penalidade por falta de combustível.

O CNPE aprovou ainda diretrizes para a nova Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural. Dentre elas, estão a maximização da recuperação de reservatórios de óleo e gás, quantificação do potencial petrolífero nacional, a intensificação das atividades exploratórias, dentre outras.

Meritor projeta expansão de 10% no ano com produção de veículos em alta

09/06/2017 – Fonte: DCI

A fabricante de eixos norte-americana, com fábrica em Osasco (SP), se apoia na recuperação dos volumes produzidos de veículos comerciais e no after market para elevar o faturamento em 2017



A fabricante de eixos Meritor está se preparando para a retomada do mercado de veículos comerciais. Apoiada na perspectiva de aumento da produção do setor automotivo e com foco maior na reposição, a companhia prevê alta de 10% do faturamento neste ano.

A Meritor possui fábrica em Osasco (SP) e fornece para todas as montadoras de veículos comerciais instaladas no País, incluindo aquelas que fabricam seus próprios eixos. Além disso, na reposição, a empresa possui um portfólio de aproximadamente 4,2 mil tipos de peças.

"Vamos crescer neste ano porque a produção do setor está em trajetória de crescimento. Estamos totalmente preparados para a retomada do mercado", afirmou nesta quinta-feira (08) o executivo da Meritor, Adalberto Momi, que assume ao final do mês o posto de diretor-geral para América do Sul.

Ele avaliou que a indústria automotiva passou por uma "prova de fogo" nos últimos anos. "Atravessamos um período extremamente hostil no mercado brasileiro, mas acredito que daqui para frente haverá um crescimento sólido - ainda que gradual - da demanda por veículos comerciais no Brasil", estimou Momi.

Ele revelou que, atualmente, a Meritor opera com apenas 40% da capacidade instalada em Osasco, porém, um acordo com o sindicato local permite que a fábrica pare até três sextas-feiras por mês para ajustar a produção à demanda.

"Na nossa atividade, fica difícil responder prontamente ao retorno da demanda se houve um processo de demissões recente. Por isso essa flexibilidade é tão importante." Na passagem de abril para maio, a produção da Meritor cresceu cerca de 18%. "Foi o melhor desempenho desde 2014 para o período", disse.

Ainda segundo o gerente de after market da empresa, Luís Marques, a reposição deve ser estratégia fundamental para o crescimento do faturamento neste e nos próximos anos.

"Em 2016, a reposição representou 12% do nosso faturamento. Neste ano, a meta é elevar essa participação para 15%", pontuou o executivo.

Coforme Marques, o ideal é que o after market represente um terço do faturamento em autopeças. "No mundo, cerca de 25% do faturamento da Meritor vem da reposição."

O executivo afirmou que o foco da empresa será não só a venda ao distribuidor, mas a geração de demanda pela marca pelo usuário final. Marques contou que a empresa trabalha em algumas ações como a análise do inventário do cliente para oferecer os produtos mais adequados e a universidade Meritor, que dá treinamento à distância para clientes.

"Pretendemos dobrar o tamanho do nosso after market nos próximos três anos."

De acordo com o executivo, as vendas ao distribuidor independente somam aproximadamente 60% do faturamento da Meritor na reposição, enquanto que o restante vem de peças homologadas pelas montadoras para serem vendidas nas concessionárias. "Por isso o nosso esforço de nos aproximarmos do distribuidor."

Perspectivas

Momi avaliou que o momento brasileiro é atípico. "Já passamos por muitas crises no País, mas nunca de maneira tão prolongada", observou.

No entanto, ele acredita que o Brasil já está conseguindo 'descolar' a economia da política. "A atividade econômica brasileira sempre foi muito dependente dos acontecimentos de Brasília. Mas acredito que agora estamos conseguindo tocar os negócios de maneira mais independente."

Nessa perspectiva, o executivo prevê a retomada dos investimentos no País. "O potencial do mercado brasileiro de caminhões é de 100 mil a 120 mil unidades", considera. "Mas é difícil estimar quando esse volume vai voltar."

Ele acredita que entre 2019 e 2020 a demanda doméstica já retorne ao patamar de 80 mil unidades. "A bolha em caminhões já se exauriu. Agora, os segmentos deste mercado estão deixando, aos poucos, a ociosidade para trás", pondera.

A operação América do Sul da companhia, altamente concentrada no Brasil, representa de 6% a 8% do faturamento global da Meritor, que neste ano deve alcançar US\$ 3,5 bilhões. "Para 2018, projetamos um crescimento de 15% para o Brasil", estimou Momi.

Montadoras divergem sobre calendário de implementação do freio automático

09/06/2017 – Fonte: DCI

Grandes montadoras estão correndo para lançar carros autônomos em 2021, mas se movem lentamente quando na implementação de uma tecnologia de prevenção de acidentes menos cara e que os reguladores dizem que poderia evitar milhares de mortes por ano.

A Nissan disse nesta quinta-feira que tornará os sistemas de freio automática padrão em cerca de 1 milhão de modelos 2018 e caminhões leves nos EUA. A Toyota falou que fará o sistema padrão de freio automática de emergência em quase todos os seus modelos dos EUA até o final do ano.

Mas a maioria das fabricantes não está se apressando a fazer dos sistemas de freios automáticos parte do custo base dos veículos convencionais vendidos no mercado norte-americano. A indústria sofreu pressão de reguladores, Congresso e defensores da segurança para adotar a tecnologia o que pode reduzir a velocidade ou parar um veículo, mesmo que o motorista não freie.

Até agora, apenas cerca de 17 por cento dos modelos testados pelo Instituto de Seguros para segurança rodoviária oferecem freio padrão evitando colisões, segundo dados do grupo de pesquisa de segurança automotiva com apoio do setor de seguros. Em 2016, 20 empresas fizeram acordo voluntário com reguladores de segurança automotiva dos EUA para desenvolver sistemas padrão de freios que evitem colisões até 2022.

Os defensores da segurança pediram à Administração Nacional de Segurança no Tráfego Rodoviário que comece um processo para exigir as tecnologias, mas a agência disse que o acordo voluntário resultará na implementação mais rápida do que um processo formal de elaboração de regras. A agência afirmou que a tecnologia poderia eliminar um quinto dos acidentes.

Outras empresas, como a General Motors, a Ford e a Fiat Chrysler, também oferecem os sistemas de freio automático em parte de seus modelos e estão buscando formas de adotá-los em todas as suas linhas.

Uso de dispositivo de alerta de sono em veículos divide opiniões em audiência pública

09/06/2017 – Fonte: Câmara dos deputados

Uso de dispositivo de alerta de sono em veículos divide opiniões em audiência pública

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Representantes da área de trânsito divergiram sobre a obrigatoriedade do equipamento em ônibus e caminhões

A inclusão de dispositivo de alerta de sono entre os equipamentos obrigatórios em ônibus e caminhões causou polêmica durante audiência pública promovida pela Comissão de Viação e Transportes nesta quinta-feira (8).

O tema faz parte de projeto de lei (PL [4969/16](#)) do deputado Lincoln Portela (PRB-MG), em tramitação no colegiado. O parlamentar afirma que o sono ao volante é um dos fatores que mais contribuem para a ocorrência dos acidentes em rodovias federais brasileiras.

Segundo ele, a inclusão do dispositivo entre os equipamentos obrigatórios de segurança é essencial para a diminuição do número de acidentes que envolvem veículos de grande porte.

“Os motoristas profissionais são, sem sombra de dúvida, os que mais sofrem com esse problema. Tendo que cumprir longas jornadas ao volante, eles acabam acometidos

pela fadiga e pelo sono, colocando em risco a sua vida e a dos demais usuários do trânsito”, disse.

Mas o analista da Coordenação-Geral da Infraestrutura do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Jorge Augusto da Conceição, discordou. Para ele, é preciso mais estudos sobre a eficácia do dispositivo.

“Não sabemos quem são os fabricantes, se já foi realizado algum teste, se há falhas ou se há solução para sanar as falhas. Também não sabemos quais são os países em que esse dispositivo é obrigatório e qual o retorno quanto ao uso da tecnologia. Outra dúvida: se o motorista de ônibus interestadual receber o alerta para dormir, como vão ficar os passageiros? Vão ficar no meio da estrada?”, questionou.

Apesar da opinião contrária, Jorge Augusto disse que se forem apresentados estudos científicos, a discussão sobre o uso do dispositivo será pertinente. “Somos a favor de todos os itens que garantam a segurança de motoristas. Se alguém for à Câmara Temática de Assuntos Veiculares e apresentar respostas para essas perguntas, nós estaremos disponíveis”.

Causa de acidentes

Já o chefe do Núcleo de Prevenção de Acidentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Augustus Cunha Penha considerou importante a discussão sobre o tema. Ele apresentou estatísticas segundo as quais, somente no ano passado, mais de 30 mil motoristas de veículos de grande porte se envolveram em acidentes. Destes, 3,1 mil morreram, 19% deles i por causa de sono ao volante.

“A sonolência no trânsito é algo preocupante, principalmente durante o dia, onde há mais movimentos de carro. Por isso, de forma imparcial e preocupada com o número de acidentes e mortes, a PRF é favorável à proposta, pois ela vem para melhorar e contribuir com o trânsito”, disse.

Tecnologia

O vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Marcus Vinícius Aguiar, criticou o projeto. Ele afirmou que há diferenças entre carros brasileiros e estrangeiros e, por isso, o uso da tecnologia não seria viável.

“Esse dispositivo de alerta contra o sono não é obrigatório em outros mercados. Há necessidade de desenvolvimento da tecnologia para caminhões brasileiros, que têm frotas muito mais antigas comparadas com mercados estrangeiros”, avaliou.

A audiência foi solicitada pelos deputados Hugo Leal (PSB-RJ) e José Stédile (PSB-RS).
Íntegra da proposta:

- [PL-4969/2016](#)

Contratada da Renova não remunera fornecedores

09/06/2017 – Fonte: DCI

Uma empresa contratada pela Fundação Renova para realizar ações de recuperação ambiental de área atingida pelo rompimento da barragem de Fundão, da Samarco, em Mariana, região Central de Minas, fechou as portas sem fazer pagamentos a cerca de 30 fornecedores, entre prestadores de serviços e comerciantes.

Os empresários, que estão sem receber há cerca de quatro meses, calculam prejuízo de R\$ 2 milhões e fariam um protesto ontem, mas o ato foi cancelado após o grupo ter a garantia de que o problema será resolvido até o final da próxima semana. A empresa responsável pelo calote é a Gonçalves e Costa Empreendimentos da

Construção.

Em nota divulgada ontem à noite, a Fundação Renova informou que “dará todo o apoio jurídico possível para garantir que os proprietários da empresa Gonçalves e Costa, responsáveis pelos danos aos fornecedores envolvidos no processo, cumpram sua responsabilidade legal de ressarcimento.”

A Fundação Renova – criada para gerir os programas de recuperação das áreas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão – ressaltou que “considerando sua função social e, em decorrência da situação de dificuldade econômica do município, a Renova se compromete a atuar em conjunto com os fornecedores credores da Gonçalves Costa nas tratativas das dívidas contraídas pela empresa.”

Prefeito de Mariana, Duarte Júnior (PPS) confirmou que a Fundação Renova se comprometeu a buscar uma forma jurídica de resolver a questão. De acordo com ele, o município entende que a responsabilidade do prejuízo é da empresa Gonçalves e Costa. “Prestaram parte do serviço e foram embora sem pagar o mercado local”, disse. Mas, segundo o prefeito, foi colocado à Fundação Renova que, se os comerciantes não receberem o dinheiro devido a eles, poderão acabar quebrando, o que geraria mais problemas ao município.

De acordo com o empresário Fernando Souza, que tem uma empresa de locação de ônibus e está entre os prejudicados pela Gonçalves e Costa, na noite de anteontem ele foi informado de que o problema será resolvido até o final da semana que vem. “Por isso cancelamos o protesto que ia acontecer hoje (ontem)”, disse o empresário.

Segundo Fernando Souza, empresas de diversos segmentos foram prejudicadas, entre elas estão locadoras de máquinas e banheiros, supermercados, padarias, hotéis, papelarias.

O empresário Eduardo Lobato, da empresa Vila Verde, informou que teve prejuízo de R\$ 600 mil e está há cerca de 60 dias sem receber. Ele forneceu material para revegetação ambiental. Para ele, a Fundação Renova deveria assumir o prejuízo, já que contratou a empresa Gonçalves e Costa. “Não bastasse todo o prejuízo causado pela lama, agora os empresários que estão trabalhando na recuperação da área também estão sendo prejudicados”, disse.

O grupo de empresários participou de reunião na Câmara Municipal de Mariana e também acionou o Ministério Público na tentativa de resolver o problema. O vereador Marcelo Macedo (PSDB) informou que nova reunião será realizada na Câmara, com a Fundação Renova, na próxima terça-feira, para discutir o assunto.

De acordo com a Fundação Renova, a Gonçalves e Costa foi contratada em setembro de 2016, por processo concorrencial. Em abril deste ano, a empresa solicitou o encerramento do contrato alegando falta de recursos financeiros para seguir com o projeto contratado.

A reportagem tentou, sem sucesso, entrar em contato com representantes da empresa Gonçalves e Costa.

O prefeito Duarte Júnior informou ainda que há um compromisso de que a Fundação Renova contrate, preferencialmente, empresas e mão de obra da região. De acordo com o político, isso não vinha ocorrendo de maneira satisfatória.

“De 50 empresas que prestavam serviços à empresa, 41 eram de fora”, disse. Mas, segundo ele, já foram realizadas reuniões e a fundação já se comprometeu a dar prioridade aos negócios locais.

PBH faz pressão para Câmara aprovar reforma administrativa

09/06/2017 – Fonte: EM.com

Prefeitura de Belo Horizonte pretende aprovar projeto que muda estrutura da administração até quarta-feira

Reuniões convocadas na hora, vereadores buscados no laço, pareceres produzidos em 10 minutos: vale tudo para aprovar a reforma administrativa do prefeito Alexandre Kalil na Câmara Municipal.

Nessa quinta-feira (8), o líder de governo Léo Burguês (PSL) empreendeu uma cruzada para conseguir submeter o texto e suas emendas nas comissões e deixá-lo pronto para voltar a ser apreciado no plenário em segundo turno. A pressa é para aprovar a proposta que muda a estrutura da prefeitura até quarta-feira, último dia de reunião plenária este mês na Casa legislativa.

Atraso na votação da reforma trabalhista não compromete economia, diz Meirelles

09/06/2017 – Fonte: EM.com



Um eventual atraso na votação da reforma trabalhista não comprometerá a retomada da economia, disse ontem, 8, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Em entrevista coletiva na Embaixada do Brasil na França, ele disse que a possibilidade de que a proposta seja aprovada somente em agosto não afetará a produtividade do país porque as medidas só têm impacto no médio e no longo prazo.

“A questão da reforma trabalhista é a mesma da Previdência. Não é uma mudança para ter um efeito emergencial nos próximos meses, mas uma medida de longo prazo.

Agora se, por alguma razão, ela seja votada em agosto, do ponto de vista da produtividade do país não serão 15 dias ou 20 dias, um mês, que vão fazer uma diferença em algo que está aí há décadas e que vai prevalecer durante também um longo tempo”, disse Meirelles em áudio publicado na página do Ministério da Fazenda na internet.

Mesmo com a possibilidade de as votações serem afetadas pela crise política, o ministro disse estar confiante de que a reforma trabalhista seja aprovada ainda este mês. “Existe uma possibilidade boa de haver uma votação ainda este mês, que é a expectativa. Não há dúvidas de que, se for aprovada em junho, melhor. Se for aprovada na primeira quinzena de julho antes do recesso, bom”, disse.

Para Meirelles, o relatório não deverá sofrer novas alterações por ter sido negociado várias vezes. Segundo ele, já existe um acordo para a aprovação da reforma trabalhista. O ministro disse que tem mantido contato direto com um secretário da Presidência, que é quem acompanha a tramitação da reforma.

“A princípio não estamos pensando em mudança a esta altura. Evidentemente, vou chegar ao Brasil no fim de semana e vamos olhar isso. A nossa expectativa é que o projeto vai seguir como está”, disse.

Meirelles está em Paris numa reunião que discute a adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo que reúne os países mais industrializados. O ministro também participou de encontros com investidores e disse que conseguiu tranquilizá-los em relação à manutenção da estabilidade econômica do país, ao afirmar que a economia continuará crescendo nos próximos trimestres.

“Evidentemente que há uma preocupação com as questões políticas e com a possibilidade de prosseguimento da agenda econômica e das reformas. Avisei a eles que o crescimento foi muito forte no primeiro trimestre, 1% foi acima das expectativas do mercado, e depois deve acomodar no segundo trimestre, o que eles entenderam perfeitamente, pois é algo que ocorre após a retomada de um ciclo econômico, e voltará a subir no terceiro e quarto trimestres”, declarou.

Em relação à Medida Provisória 784, editada hoje e que endurece a fiscalização do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários, aumenta multas e cria o acordo de leniência para instituições financeiras, o ministro da Fazenda disse que não participou da edição da medida.

“Não estou no Brasil. Não participei deste processo, nos últimos dias, de edição da medida provisória. Essas medidas estão em discussão há muito tempo, há anos. O processo já amadurecendo. Eu não estava lá participando da edição, da assinatura da medida, mas me parece que teve seu curso normal. Agora, evidentemente, hoje em dia tudo é lido de uma forma particular”, concluiu o ministro.

Eunício: passada nas comissões, reforma trabalhista irá de imediato a Plenário

09/06/2017 – Fonte: Senado Notícias

- [PLC 38/2017](#)

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, reafirmou nesta quinta-feira (9) que a reforma trabalhista ([PLC 38/2017](#)) será votada, mas sem pressa. Ele defendeu um amplo debate sobre a proposta.

— À medida que eu distribuí a matéria para ir a três comissões, é natural que eu defenda que passem nas três comissões. Eu acho que o debate e o posicionamento de cada senador e de cada partido são naturais neste processo. Não há açodamento para essa matéria. O Congresso vai funcionar, pelo menos, até o dia 14 de julho. Nós temos prazo até lá. Essa matéria tem que tramitar, tem que ser debatida, discutida — afirmou Eunício.

O presidente do Senado falou ainda que a proposta será pautada para o Plenário tão logo seja aprovada nas comissões.

— A matéria, passada nas três comissões, vem para o Plenário e, assim como eu já disse, não tem motivo para eu não pautá-la de imediato. A minha responsabilidade com o país é pautar essa matéria. Desde a primeira entrevista, eu disse que votaria assim que ela chegasse pronta para o Plenário — afirmou Eunício.

Artigo: Restauração ou reforma trabalhista?

09/06/2017 – Fonte: DCI (artigo publicado em 01/06/2017)

Vivemos tempos de profundas alterações: na forma e nas condições de trabalho. Novos modelos de empresas são descobertos, criados e implementados.

Vivemos tempos difíceis. Tempos passionais, onde a intolerância impera. Onde "ter razão" simplesmente naquilo em que se acredita, é mais importante do que escutar o

que o outro tem para dizer, demonstrar e acrescentar àquilo que conhecemos.

Vivemos tempos interessantes. Demi Gettschko lembra que essa afirmação deriva de uma antiga maldição chinesa que diz: 'Que você viva tempos interessantes!', em que tempos interessantes se traduzem como fluidos, agitados, sem tranquilidade, atribulados. Os dias atuais não permitem que ninguém sofra de tédio, mas esse ritmo alucinado de mudanças, maiores do que o que podemos assimilar cobra seu preço. Um alto preço.

Vivemos tempos de profundas alterações: na forma e nas condições de trabalho. Novos modelos de empresas são descobertos, criados e implementados.

Trabalhadores trabalham diferentemente. Muitos se valem de aparelhos tecnológicos próprios para desenvolver suas atividades profissionais, veja-se o exemplo do denominado *Bring your own device* (BYOD) - (em inglês: traga seu próprio dispositivo), que, por meio de política adotada por empresas, "dá" aos empregados a oportunidade de utilizar os seus próprios aparelhos (*laptops*, *tablets* e *smartphones*) para acessar dados e informações da companhia em seu local de trabalho ou fora dele.

Serviços são prestados em lugares diferentes. Na própria casa do trabalhador ou em outro de sua melhor conveniência. E seu serviço é deslocado para qualquer lugar do planeta, sem que isso faça qualquer diferença no desenvolvimento da prestação realizada.

Vivemos tempos em que se exige restauração, não necessariamente reformas.

Tempos para restauro, em que a intervenção modificativa se faz respeitando um bem histórico, visando manter sua identidade, seus aspectos característicos de autenticidade, com o máximo possível de sua identidade original.

Tempos em que o trabalho de restauro é necessário para restabelecer o mais próximo possível a obra original.

Há de se respeitar conquistas e princípios constitucionais relacionados, em especial, à dignidade da pessoa humana e ao valor social da empresa. Caso contrário, comete-se um abuso, desrespeitando-se características morais, éticas e históricas.

Tempos para restauro, onde restaurar significa reanimar; revigorar; reconquistar. Que assim seja feito, com o material jurídico já existente. Que se renovem entendimentos, interpretações e definições. Restaure-se o edifício jurídico-trabalhista, modernizando-o (trocando-se toda a sua fiação elétrica, parte hidráulica, ou tudo mais atingido pelo desgaste do tempo), preservando-se, contudo, sua estética, mantendo idêntica a original, assegurando o seu valor histórico.

Tudo isso é possível. Basta vontade, bom senso e justiça nas relações. Quando se fala, por exemplo, da prevalência do negociado sobre o legislado, há de se ter em mente que negociar significa perfazer um negócio jurídico fincado em concessões recíprocas e equivalentes e não em renúncia de direitos ou "esquentamento" de algum tipo de fraude.

De mais a mais, tem-se de ter presente que o sindicato que negocia, não negocia um direito que é seu, mas sim, de um terceiro (na verdade uma coletividade) e que, por determinação constitucional ele (sindicato) tem o dever de defender os interesses individuais e coletivos dos integrantes desta coletividade (categoria).

As empresas desenvolvem um papel relevante e constitucionalmente social. Elas empregam! Possibilitam que a dignidade se materialize por intermédio dos empregos. Logo, respeito e desenvolvimento de boas práticas sociais de integração e combate a todo tipo de discriminação, preconceito e tolerância com algum tipo de corrupção (o

termo aqui é absolutamente abrangente) fazem parte da constituição dos valores que devem nortear a sua missão. Outros atores laborais que orbitam o mundo do trabalho precisam reconhecer e respeitar essa relação jurídica. Mais do que tutores e/ou provedores de práticas intervencionistas, o que realmente devem fazer é respeitar obrigações e compromissos assumidos.

Os partícipes diretos da relação do trabalho não necessitam de excesso protecionista que lhes impeçam o amadurecimento. Precisam de liberdade e autonomia.

Os lados e interesses numa relação de emprego sempre serão opostos e conflituosos, fato que não impede um convívio harmonioso e regrado por compromissos de parte a parte. Sendo certo que constantemente eles devem ser redefinidos quanto àquilo que é correto e bom para cada uma das duas partes.

Desse modo, e à vista do processo de reforma trabalhista que se arrasta e ao que tudo indica se inclina a não efetivação, cabe a todos nós que estamos inseridos no mundo do trabalho, restaurá-lo, renovando compromissos, de maneira adulta, autônoma e ética, a fim de que compreendamos que o bom e o correto exsurtem da materialização daquilo que todos nós fazemos e produzimos moralmente de forma adequada, não repassando obrigações e "culpa" aos outros, numa espécie de busca frenética por um salvador da pátria. Não há de falar em salvação, mas em discernimento com relação às diferenças havidas entre o certo do errado e o errado do certo.

Tempos interessantes exigem comportamentos e compromissos também interessantes, em que nos possibilitem enxergar atitudes concretas e restaurativas revigorantes, que nos afastem de afoitas e rápidas reformas que acabam por manter perversas fidelidades, e nos façam refletir e respeitar um ao outro, com lealdade e atenção aos compromissos firmados.

Não com atitudes de "torcida", onde o ímpeto individual e narcisista fala mais alto do que o sentido obrigacional de preservação social, mas com maturidade intelectual, social e, sobretudo, profissional.

(Antonio Carlos Aguiar é advogado, mestre e doutor em Direito pela PUC-SP e diretor do Instituto Mundo do Trabalho)

BCE deixa perspectiva de aumento nos juros ainda mais distantes, dizem analistas

09/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

A decisão de política monetária do Banco Central Europeu (BCE) divulgada nesta quinta-feira deixa a perspectiva de aumentos nas taxas de juros ainda mais distantes na visão de analistas.

Na reunião encerrada hoje, o BCE decidiu manter suas taxas de juros inalteradas, mas retirou a menção à possibilidade de uma redução ainda maior em caso de necessidade, dizendo apenas que eles devem continuar "nos níveis presentes por um período prolongado". Apesar disso, a instituição reduziu suas projeções de inflação para este ano e para 2018.

"Por um lado, o BCE descreveu os riscos econômicos como equilibrados pela primeira vez em um bom tempo. Por outro, uma inflação teimosa e baixa significa que a instituição ainda vê a necessidade de uma política monetária muito frouxa", comenta Joerg Kraemer, economista-chefe do Commerzbank.

Para o banco alemão, o BCE provavelmente não aumentará as taxas de juros rapidamente, mesmo após o fim do programa de compra de bônus. "Infelizmente, o

retorno a uma política monetária normal deve se arrastar dolorosamente”, afirma. O Commerzbank também diz esperar um anúncio do BCE em setembro de que as compras de bônus devem diminuir gradualmente a partir de janeiro e chegar ao fim no próximo ano.

Para o Goldman Sachs, a reunião de hoje do BCE conteve “pouco material surpresa” em relação às expectativas do banco americano antes do encontro. “Draghi manteve o tom dovish na coletiva de imprensa, ao enfatizar a perspectiva ainda moderada da dinâmica subjacente na zona do euro”, comentou o Goldman.

Jennifer McKeown, economista-chefe para Europa da Capital Economics, vai na mesma direção ao afirmar que o Conselho do BCE “ainda está longe de se convencer de que um crescimento econômico saudável se traduz em um aumento sustentado da inflação para a meta de quase 2%”.

A consultoria enfatiza os comentários feitos pelo presidente do banco, Mario Draghi, ao afirmar que as recentes flutuações da inflação refletiram fatores temporários, incluindo os preços do petróleo e os efeitos alimentares. “Por conseguinte, é provável que o BCE aja com muita cautela, mesmo que a economia continue a operar bem.

Assim, as compras de bônus deste ano devem ser feitas conforme o planejado, antes de chegarem ao fim, provavelmente no primeiro semestre do próximo ano”, diz a Capital Economics, que acredita que o futuro aumento nos juros venha somente no início de 2019.

Em relatório a clientes, a Pantheon Macroeconomics diz acreditar que “a ideia de que a instituição poderia subir a taxa de depósito no início do ano que vem ou anunciar uma redução do ritmo de compra de ativos parece bastante distante após os comentários de hoje”. Já o banco Nordea comenta que a coletiva de Draghi, após a divulgação da decisão, “evitou dar qualquer sinalização mais forte sobre possíveis mudanças em sua postura”, o que continua a favorecer a expectativa de mudanças “bastante graduais” para o BCE.

Para o banco suíço Julius Baer, a instituição deverá continuar atuando com bastante cautela, com as taxas de juros permanecendo inalteradas e o volume de compra de ativos permanecendo o mesmo, assim como as orientações sobre o caminho futuro da política monetária sendo alteradas “apenas em doses homeopáticas”.

O Julius Baer ressalta que a apreciação do euro pressiona as previsões sobre a inflação, resultando nas revisões para baixo da inflação neste e no próximo ano. “Vemos algum potencial de queda em relação ao euro, com as recentes tomadas de posições e as mensagens extremamente dovish do BCE, apesar do sólido cenário econômico.”

Já o Danske Bank diz ainda esperar que o programa de relaxamento quantitativo (*quantitative easing*, ou QE, na sigla em inglês) do BCE continue no próximo ano, mas que as compras de ativos sejam reduzidas para US\$ 40 bilhões por mês a partir de janeiro de 2018, sendo mantidas por pelo menos seis meses. “Em nossa opinião, ainda é prematuro discutir as subidas de taxas de juros”, comentou o banco dinamarquês, em relatório a clientes.

Banco Central e CVM poderão aplicar multas mais elevadas

09/06/2017 – Fonte: GS Notícias

- O presidente Michel Temer assinou na noite de quarta-feira uma Medida Provisória que endurece a fiscalização e sanções que poderão ser adotadas pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em caso de fraudes e irregularidades no mercado.

A MP eleva a multa máxima do BC a bancos e instituições financeiras a até 0,5% da receita de serviços e de produtos financeiros ou até R\$ 2 bilhões, sobre apenas R\$ 250 mil anteriormente.

A mesma MP também traz uma série de novidades em relação aos processos abertos pela CVM. Agora, a multa aplicada pela autarquia não poderá exceder o maior destes valores: R\$ 500 milhões ou o dobro do valor da emissão ou da operação irregular. Antes, o teto devia obedecer R\$ 500 mil, 50% do valor da emissão ou operação irregular.

Em nota publicada ontem, o Banco Central afirmou que o valor passará a considerar variáveis como o porte da instituição, a capacidade econômica do infrator, a gravidade da infração e o grau de lesão ao sistema financeiro.

A investida do governo acontece em meio à crise política que afetou Temer, após a divulgação da delação premiada fechada pelo empresário Joesley Batista, dono do grupo J&F, com conversas comprometendo o presidente.

O BC poderá celebrar acordo de leniência com pessoas físicas ou jurídicas que confessarem a prática de infração, com extinção de sua ação punitiva ou redução de um terço a dois terços da penalidade.

Repercussão da medida

Segundo nota do presidente da CVM, Leonardo Pereira, sobre a MP, era fundamental robustecer os processos de investigação e tornar os patamares de sanção mais proporcionais à realidade desse mercado.

"Uma atividade sancionadora sólida, consistente e ágil tem um importante efeito pedagógico entre os participantes do mercado de valores mobiliários e, principalmente, permite que os investidores se sintam mais protegidos e dispostos a investir", diz.

Medida provisória eleva multas e institui acordo de leniência no sistema financeiro

09/06/2017 – Fonte: Senado Notícias



O Congresso Nacional recebeu nesta quinta-feira (8) a Medida Provisória 784/2017, que institui um novo marco regulatório para o processo administrativo sancionador - que busca a responsabilização e a punição de condutas lesivas - instaurado pelo Banco Central (BC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A MP eleva valores de multas e autoriza as duas instituições a assinarem acordo de leniência para apurar condutas lesivas ao Sistema Financeiro Nacional. Além disso, permite ao Banco Central adotar termo de compromisso como alternativa ao processo administrativo. O instrumento já existe no âmbito de atuação da CVM desde 1997.

O objetivo da norma, segundo as duas instituições, é conferir maior agilidade e efetividade aos processos administrativos contra pessoas físicas ou jurídicas que atuam no sistema financeiro (como bancos, câmaras de custódia e corretoras), inclusive as auditorias independentes que prestam serviço para este setor da economia.

Processo no BC

No caso do Banco Central, a MP elenca 17 infrações puníveis e outras cinco infrações graves apuradas em processo administrativo sancionador. Entre as infrações puníveis estão realizar operações em desacordo com os princípios que regem a atividade, estruturar operações sem fundamentação econômica e negociar títulos em preços destoantes dos praticados pelo mercado em prejuízo próprio ou de terceiros.

Entre as infrações graves estão assumir risco incompatível com a estrutura patrimonial da instituição financeira; dificultar o conhecimento da real situação patrimonial ou financeira; e causar perda da confiança da população no uso de instrumentos financeiros e de pagamento.

As penas incluem admoestação pública (publicação da decisão condenatória), multa, inabilitação do administrador e cassação da autorização para funcionamento. A multa será de, no máximo, R\$ 2 bilhões.

A MP determina que o BC, ao definir a pena, levará em consideração fatores como a reincidência, a gravidade e a duração da infração; o grau de lesão ao Sistema Financeiro Nacional; e a capacidade econômica do infrator.

O texto autoriza a autoridade monetária a dispensar a abertura de processo administrativo se considerar baixa a lesão ao sistema financeiro ou entender que pode utilizar outros meios de supervisão.

A MP ainda determina que o recurso contra decisão condenatória somente será recebido com "efeito devolutivo". Ou seja, a condenação será executada imediatamente, mas em caráter provisório, até o julgamento do recurso que pode validá-la ou não. O efeito devolutivo também valerá para as condenações aplicadas pela CVM.

Publicidade e sigilo

O texto editado pelo governo autoriza o Banco Central a utilizar o termo de compromisso "em juízo de conveniência e oportunidade". O instrumento poderá levar à suspensão ou mesmo à dispensa do processo administrativo. O investigado será obrigado a cessar a prática sob investigação, corrigir as irregularidades apontadas e indenizar os eventuais prejuízos apurados.

A princípio, o documento assinado pelas partes será publicado na página do Banco Central a internet. Não haverá publicidade se o BC entender que as informações contidas no termo podem colocar em risco a estabilidade e a solidez do sistema financeiro e do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SBP).

Segundo a MP, o procedimento administrativo será arquivado se o investigado cumprir todas as condições previstas no termo. Qualquer descumprimento levará à retomada do processo, e o investigado poderá ser acionado também judicialmente.

Acordo de leniência

O texto em análise no Congresso autoriza o BC e a CVM a assinarem acordo de leniência com pessoas físicas ou jurídicas que confessarem a prática de infração. A colaboração poderá extinguir o processo em curso ou reduzir a punição entre um terço e dois terços.

O acordo obriga a parte a identificar os envolvidos e apresentar informações e documentos que comprovem a infração. Caso o beneficiário não cumpra com suas obrigações, o acordo será desfeito e não poderá ser celebrado novamente pelo prazo de três anos.

A MP determina a publicidade do acordo após a sua efetivação. Mas ele poderá ser mantido em sigilo por interesse das investigações ou do processo administrativo.

Tramitação

A MP 784/2017 será analisada em uma comissão mista. É nesta fase que as emendas são apresentadas. O parecer da comissão será depois votado nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Mercado de cartões tem dificuldade em lidar com diversidade de clientes

09/06/2017 – Fonte: GS Notícias

Com custos ainda altos e índice de fraude preocupante, expectativa é que ainda demore cerca de 5 anos até que o segmento tenha aceitação e o uso total das novas tecnologias implementadas



Migração do plástico para vestíveis deve ser gradativa entre clientes
Foto: Luiz Michelini/ CIAB

São Paulo - O mercado de cartões enfrenta dificuldades para incorporar as novas tecnologias no mercado tradicional e virtual. Apesar da tentativa de ampliar o leque de escolhas do consumidor, segmento ainda tende a demorar cerca de cinco anos até conseguir a adesão total.

Mesmo com o crescente número de parcerias entre bandeiras, adquirentes, bancos e fintechs, os desafios em adaptação por parte do setor de cartões têm crescido consideravelmente.

De acordo com o diretor de inovação da Visa, Érico Fileno, apesar da aposta do mercado ser baseada em "grande aceitação" das mudanças no parque tecnológico, este consentimento será, ainda, gradativo por passar por uma "mudança no comportamento" dos consumidores.

"Já começamos a perceber a migração das pessoas para essas novas tecnologias e os próprios bancos e fintechs já têm conversas pontuais sobre o uso de ferramentas próprias", comenta o executivo, mas ressaltando que a aderência dos produtos depende do público das instituições.

"De um jeito ou de outro, claro que isso tem uma mudança de comportamento na jornada de uso. Como foi para a transição da tarja magnética do plástico para o chip, também veremos uma demora na aceitação para os vestíveis e uso de devices", acrescenta Fileno, da Visa.

Os últimos dados da Capgemini apontam que a expectativa é que o aumento no volume de pagamentos digitais no mundo seja de 10% anualmente, com o Brasil alcançando o terceiro lugar na quantidade de transações por esses meios.

Na mesma linha, no entanto, apesar do número crescente de adesão aos pagamentos digitais, ainda há uma grande parte dos clientes que prefere o uso do cartão físico.

Segundo o diretor de produtos e pagamentos digitais do Itaú Unibanco, Rubens Fogli, o setor ainda tem "dúvidas" sobre qual estratégia abordar em relação ao pagamento por aproximação (NFC, da sigla em inglês Near Field Communication), uma vez que

há o custo da migração e a possibilidade de uma tecnologia que "já entra velha" no mercado.

"A concentração do uso do plástico está cada vez mais voltada para a população que está envelhecendo e que também tem menos chances de adesão ao pagamento digital via device. Já para os mais novos, é ao contrário. Então a estratégia de cada migração tem que ser diferente", explica o executivo.

Ao mesmo tempo, porém, há uma forte apreensão em relação à segurança que também atrasa a aderência pelas novas tecnologias e provoca grande preocupação do setor.

"O índice de fraude no Brasil é de quatro a cinco vezes maior do que no mundo, e o pior é que o crescimento de pagamentos não presentes [digitais], cresce na mesma proporção. Essa é uma combinação péssima. Por isso há um constante investimento nessa área, já que ela que vai fazer a diferença", avalia o presidente da Mastercard Brasil, João Pedro Paro Neto.

Ele reforça que esse movimento "não vai parar nunca", exatamente para acompanhar a migração do cartão físico para o digital. "Eu não estou discutindo se as novas tecnologias vão aumentar ou não. A evolução é devagar, mas já está acontecendo e, eventualmente, nós veremos um mercado mais robusto", afirmou o executivo ao DCI. Jabuticabas

Ainda visando a experiência do consumidor final como principal objetivo, os especialistas entrevistados também reforçam que conforme a adoção dos novos meios de pagamento seja maior, o barateamento de custos também será uma vertente significativa.

"Essa é um dos objetivos e já acontece em várias maneiras. Por exemplo, 70% das transações no banco são feitas digitalmente, o que diminui nossos custos. Quanto maior a adesão e o que mais pudermos capturar de economia, parte representativa é direcionada ao cliente", analisa o diretor de meios de pagamentos do Banco do Brasil, Rogério Panca.

Da outra ponta, porém, para que o uso dos meios digitais ganhe escala, ainda existem desafios a serem enfrentados pelo mercado de cartões.

"Temos uma série de jabuticabas na indústria de pagamentos. No parcelado sem juros, no cartão de débito e crédito inseridos no mesmo cartão, e todas essas escolhas dificultam a proposta de pay and go [pague e vá embora] que essas novas tecnologias trazem", pondera Fogli.

Ele destaca, ainda, que é papel do segmento tornar o ambiente mais fácil. "Se não resolvermos isso, não vamos evoluir nunca", completa.

Competitividade

Ainda sobre o custo, os executivos colocam em evidência a concorrência cada vez maior no mercado frente o surgimento de novos players com sistemas digitais já implementados e preços diversificados.

De acordo com Panca, do Banco do Brasil, a competição vem forte, mas é saudável. "Apesar de sempre ter alguns movimentos contrários ao que a gente prega, como é o caso do Nubank, por exemplo, que coloca critérios sem anuidade, visamos sempre a possibilidade de parcerias com fintechs, mas mirando em algo rentável", avalia o diretor.

Segundo Neto, presidente da Mastercard, porém, ou a indústria "se junta para evoluir" ou não há crescimento.

"Hoje, é impossível resolver, sozinho, o problema ou a demanda do cliente. Grandes e pequenos têm que se juntar para levar a solução porque a prioridade agora é velocidade e só ganha quem souber chegar no cliente", conclui Neto.

Crise política afeta rentabilidade dos fundos de ações em maio

09/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Fundos multimercados também foram atingidos pela turbulência política, segundo dados da Anbima

A crise política afetou a rentabilidade de todos os tipos de fundos de ações, alguns multimercados e até mesmo a renda fixa, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (8) pela Anbima (Associação das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

As denúncias contra o presidente Michel Temer fizeram a Bolsa desabar 9% e o dólar avançar 8% no dia seguinte à divulgação das delações da JBS.

Ao longo das semanas, as perdas foram amenizadas, mas o mercado continua volátil, na expectativa pelo desfecho do julgamento no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) da chapa Dilma-Temer.

Com isso, os fundos que aplicam em ações foram os mais atingidos no mês passado. Todas as carteiras dessa classe de ativos tiveram rendimento negativo. Ainda assim, as perdas (em torno de 3%) ficaram abaixo do recuo de 4,12% do Ibovespa - índice que reúne as ações mais negociadas na Bolsa.

Entre os multimercados (fundos que podem aplicar em renda fixa e variável), cuja expectativa era de recuperação no ano, os efeitos também foram significativos. Uma das principais carteiras dessa classe de ativos, o tipo Macro, teve desvalorização de 1,26% no mês passado.

Na renda fixa, apesar de alguns fundos terem encerrado maio com ganhos, os de longo prazo não tiveram trégua e também caíram - o tipo Renda Fixa Duração Alta Soberano, por exemplo, viu a rentabilidade recuar 0,48%.

CAPTAÇÃO

Mesmo com a crise política, os fundos de investimento tiveram captação líquida (diferença entre depósitos e saques) positiva em maio, totalizando R\$ 12,3 bilhões. No mês anterior, o resultado havia sido negativo, com resgate líquido de R\$ 17,9 bilhões.

As maiores contribuições vieram das classes multimercados, previdência e renda fixa, que registraram ingressos líquidos de R\$ 6,4 bilhões, R\$ 3,4 bilhões e R\$ 2,4 bilhões, respectivamente.

No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, a captação líquida somou R\$ 106 bilhões, quantia que representa mais que o dobro do montante registrado no mesmo período de 2016, quando o ingresso líquido de recursos ficou em R\$ 46,3 bilhões.

Inflação mensal sobe com fim do desconto na conta de luz

09/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Com o fim dos descontos sobre o preço da energia elétrica promovidos pelo governo em abril, a inflação voltou a subir em maio, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Segundo dados divulgados nesta sexta-feira (9), o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) ficou em 0,31% no mês, contra 0,14% no mês anterior, quando o governo repassou às tarifas de energia desconto por cobrança irregular de energia da usina de Angra 3.

O aumento do preço da energia no mês foi de 8,98% e respondeu por 0,29 ponto percentual no IPCA de maio.

Apesar da alta, diz o IBGE, foi a menor inflação para o mês desde 2007. Em maio de 2016, o IPCA foi de 0,78%.

No acumulado dos últimos 12 meses, a inflação está em 3,60%, bem abaixo do centro da meta oficial do governo, de 4,50%.

Foi a menor taxa em 12 meses desde maio de 2007, quando o IPCA foi de 3,18%.

Juros médios do cartão de crédito caem para 345% ao ano em maio

09/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



As taxas médias de juros que incidem no rotativo do cartão de crédito caíram para 345,1% ao ano (13,25% ao mês) em maio, sexta redução consecutiva, segundo levantamento da Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) divulgado nesta quinta-feira (8).

Trata-se do menor patamar de juros desde julho de 2015, quando a taxa foi de 13,03% ao mês, o equivalente a 334,84% anuais. Em abril, a taxa era de 397,75% ao ano (14,31% ao mês). A queda reflete os sucessivos cortes da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 10,25% ao ano.

Das seis linhas de crédito pesquisadas pela Anefac, todas caíram em maio. O juro médio das modalidades voltadas às pessoas físicas recuou de 148,20% ao ano (7,87% ao mês) em abril para 142,20% ao ano (7,65% ao mês) em maio. É a menor taxa desde dezembro de 2015, segundo a associação.

TAXA MÉDIA DE JUROS PARA PESSOA FÍSICA EM MAIO

Linha de crédito	Taxa em abril, ao mês	Taxa em maio, ao mês
Juros no comércio	5,76%	5,72%
Cartão de crédito	14,31%	13,25%
Cheque especial	12,30%	12,28%
CDC -bancos- financiamento de automóveis	2,23%	2,20%

Empréstimo pessoal (bancos)	4,45%	4,41%
Empréstimo pessoal (financeiras)	8,15%	8,07%
Taxa média	7,87%	7,65%

O cheque especial, segunda linha de crédito mais cara, também registrou redução nos juros médios em maio. A taxa passou de 302,3% ao ano para 301,4%.

No empréstimo pessoal, o juro médio também caiu entre abril e maio, de 68,62% ao ano para 67,84% ano.

PESSOA JURÍDICA

Os juros médios cobrados de empresas caíram para 4,53% ao mês em maio, o que equivale a 70,17% ao ano.

Das três linhas de crédito analisadas, todas tiveram queda nas taxas, segundo a Anefac.

A taxa de desconto de duplicatas recuou para 2,92% ao mês, o que significa 41,25% ao ano. Já a linha de capital de giro caiu para 2,44% ao mês em maio, o equivalente a 33,55% ao ano.

Na modalidade de conta garantida, o juro médio passou de 8,27% ao mês (159,48% ao ano) para 8,23% ao mês, o que equivale a 158,33% ao ano.

Vendas de material de construção caem 6,6% em maio, diz Abramam

09/06/2017 – Fonte: Exame

De janeiro a maio, as vendas de materiais de acumularam baixa de 7 por cento ante os cinco primeiros meses de 2016



O faturamento deflacionado da indústria brasileira de materiais de construção em maio recuou 6,6 por cento sobre igual mês de 2016, mas cresceu 8,8 por cento ante abril deste ano, informou nesta sexta-feira a entidade que representa o setor, Abramam.

De janeiro a maio, as vendas de materiais de acumularam baixa de 7 por cento ante os cinco primeiros meses de 2016. Em 12 meses, a queda foi de 8,9 por cento, segundo a associação.

“As projeções para os próximos meses ainda mostram quedas, mas não tão expressivas quanto as observadas no ano anterior”, informou a Abramam.

Em maio, o segmento de base teve faturamento deflacionado 6 por cento menor frente ao mesmo mês de 2016, e o de acabamento vendeu 7,5 por cento menos na mesma comparação. No acumulado do ano, as quedas foram de 7,1 e 6,9 por cento, respectivamente, de acordo com a associação.

No mês passado, o nível de emprego no setor com um todo diminuiu 5,4 por cento ante maio do ano passado, mas subiu 0,1 por cento em relação a abril. Em 12 meses, a retração acumulada foi de 7,9 por cento.

“O alto nível do desemprego, dificuldades com crédito e a crise política afetam a confiança dos agentes econômicos, postergando o consumo e os investimentos no setor”, explicou a Abrammat, que prevê recuperação nesses segmentos a partir do segundo semestre.